

# CONHECER PARA GERENCIAR

AMBIENTE E SOCIEDADE



**Teresinha Guerra**  
Organizadora

2015

**CONHECER  
PARA  
GERENCIAR:  
AMBIENTE E SOCIEDADE**

**Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba**

**Centro de Referência da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba**

**Núcleo de Estudos em Educação Ambiental**

**Teresinha Guerra (org)**

**2015**

## **Conhecer para Gerenciar: Ambiente e Sociedade**

Todos os direitos reservados.

Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

## **Capa, Editoração Gráfica e Diagramação**

Wylliam Alexsander Chaves

## **Fotografia**

Teresinha Guerra

Comite de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba

*Rua 7 de Setembro, 641 – 15º andar*

*CEP 90010-190 – Porto Alegre – RS*

*Telefone: (51) 3215.5600 – ramal: 2793*

*E-mail: lagoguaiba@cpovo.net*

Centro de Referência da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba e Núcleo de Estudos em Educação Ambiental (NEEA)

*Av. Bento Gonçalves, 9500 – Bloco IV – Prédio 43411 – Sala 201*

*CEP 91501-970 – Porto Alegre - RS*

*Telefone: (51) 3308.6773*

*E-mail: projetoea@ufrgs.br*

*Site: www.ufrgs.br/nea*

Ficha catalográfica elaborada por Rosalia Pomar Camargo CRB 856/10

C751    Conhecer para gerenciar : ambiente e sociedade / Organização de Teresinha Guerra. -- Porto Alegre : Centro de Ecologia/UFRGS, 2015.  
635 p. : il.

e-ISBN 978-85-63843-19-7

1. Bacia hidrográfica do Lago Guaíba 2. Aspectos ambientais 3. Aspectos sociais

CDU 502.3(816.5)

## Resumo

A educação ambiental é uma das estratégias que mais tem se popularizado para se lidar com a atual crise socioambiental. Pressupondo que há diversas formas de pensar e fazer educação ambiental, este trabalho tem por objetivo um diagnóstico das ações de Educação Ambiental realizadas na área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, dando subsídios para a formação de uma rede. Analisa-se no presente trabalho a razão da realização das ações, a visão com que se trabalha na Educação Ambiental, as atividades desenvolvidas, o público-alvo e se há conhecimento a respeito de outras ações desenvolvidas na região. Foram analisadas 24 entrevistas, onde constatou-se que as maiores motivações para a realização de ações em Educação Ambiental foram legislação, formação de professores e subsídio informativo. As visões de educação ambiental foram qualificadas conforme as correntes em educação ambiental já propostas, e a linha que mais norteia as ações entrevistadas é a naturalista. O público-alvo mais focado pelas ações realizadas é a comunidade escolar e as atividades mais frequentemente realizadas são atividades de conotação lúdica, orientação técnica e realização de palestras. O conhecimento acerca das demais atividades de educação ambiental realizadas na região ainda é insuficiente e reflete a importância de um trabalho, no sentido de um maior entendimento das ações realizadas e de integração dessas iniciativas.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental, Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, Rede

## Introdução

Esse trabalho faz parte do projeto “Portas Abertas aos Habitantes da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba” e busca fazer um diagnóstico da educação ambiental realizada na região que compreende essa bacia. A crise ambiental que está ocorrendo atualmente é uma realidade, e não basta apenas advertir sobre os efeitos do aquecimento global ou dos riscos sobre a biodiversidade. “A insustentabilidade social e ambiental do projeto desenvolvimentista está conduzindo a um impasse. As conseqüências desastrosas do atual modelo desenvolvimentista nos força a repensar as condições de sobrevivência e melhoria da vida humana e da natureza.” (Conferência Nacional dos Bispos – CNBB; 18 a 21 de maio de 1992). É preciso repensar nossa postura frente ao meio, desenvolvendo uma visão crítica sobre a nossa responsabilidade na manutenção de um ambiente ecologicamente equilibrado e saudável. Um dos instrumentos que têm sido mais recomendados e utilizados para realizar essa reflexão é a educação ambiental. Segundo a Carta Brasileira para Educação Ambiental (MEC, Eco-92), “a Educação Ambiental é um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia para a sobrevivência do planeta e melhora na qualidade de vida”. A legislação brasileira

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação e professora no Ensino Médio – judijade@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Ciências Biológicas n UFRGS – virginiatalbot@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Mestre em Antropologia social e Professor de Pesquisa no Ensino Médio

<sup>4</sup> Doutora em Geoquímica Ambiental e Professora do Departamento de Ecologia/UFRGS – tg@ufrgs.br

(Brasil, 1999) afirma que toda instituição pública deve promover ações em Educação Ambiental, e as escolas devem trabalhar a Educação Ambiental como um tema transversal.

Que Educação Ambiental é essa que está sendo realizada? O que realmente motiva as pessoas a fazerem ações em educação ambiental? Qual a visão dos responsáveis? Qual o público alvo? Que atividades são desenvolvidas? Que conhecimento existe sobre outros trabalhos de Educação Ambiental na região? Entende-se que não há um método, ou conjunto de regras a ser seguido para efetuar tais ações e, conforme a realidade e objetivos, as ações tomam contornos muito próprios, constituindo variadas correntes em Educação Ambiental. Para responder a esses questionamentos e procurando dar subsídios para um entendimento mais aprofundado sobre Educação Ambiental, foi realizada uma pesquisa com diferentes atores pertencentes à bacia hidrográfica do Lago Guaíba e quais são envolvidos, de alguma forma, com Educação Ambiental. Esta bacia foi considerada como um universo de investigação, em especial, nas instituições que desenvolvessem ações em Educação Ambiental. Foram realizadas entrevistas para a obtenção de informações, as quais estão sendo reunidas em um banco de dados, servindo de subsídio para análise e constituição de uma rede de Educação Ambiental na região da bacia hidrográfica.

## **Metodologia**

Essa pesquisa adotou uma metodologia seguindo uma abordagem qualitativa na obtenção dos dados, em virtude desta privilegiar uma relação que possibilita uma situação de interação entre entrevistador e sujeito entrevistado. Tais circunstâncias de pesquisa podem criar um ambiente de diálogo, acionando visões de mundo dos sujeitos entrevistados no contexto de entrevista por meio dos discursos ricos e densos em significados e de práticas sociais, nesse caso, sobre Educação Ambiental. Para isso recorreremos à técnica de entrevista semi-estruturada, seguindo um roteiro de 20 perguntas abertas, previamente elaborado pelo grupo de trabalho. Este tipo de entrevista, segundo Negrine (2004) garante maior flexibilidade, por permitir mais liberdade para o entrevistado comentar questões que, segundo sua ótica, sejam relevantes.

As entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente no sentido de fornecer um detalhamento dos discursos produzidos pelos entrevistados no contexto. A análise das entrevistas neste trabalho ocorre de forma parcial, envolvendo um universo de 6 questões do roteiro de entrevista, consideradas como perguntas fundamentais, com relação ao objetivo do projeto “Portas Abertas aos Habitantes da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba”, o qual seja entender a visão e as práticas de determinados atores sobre educação ambiental. Dessa forma, nesse trabalho, foram analisadas as motivações que levaram à realização de atividades em Educação Ambiental, as visões de Educação Ambiental por parte dos responsáveis, as atividades desenvolvidas, ao público a que se destinam as ações de Educação Ambiental e o conhecimento do trabalho na região.

O período de coleta de dados compreende o intervalo entre maio e novembro de 2006. Durante esse período houve o contato com os responsáveis locais pelas ações em Educação Ambiental, tanto em espaços de escolas públicas, particulares, ONGs, órgãos públicos, como iniciativa privada e projetos universitários nos municípios de Porto Alegre, Barra do Ribeiro, Guaíba, Eldorado do Sul, Viamão, Sertão Santana, Mariana Pimentel e Canoas. Esses municípios foram selecionados conforme a presença da sede administrativa dentro da área da bacia hidrográfica.

## Resultados e Discussão

De acordo com a análise realizada sobre o público alvo (Figura 1) verificou-se que 74% das atividades de Educação Ambiental estão direcionadas para o ensino formal. Isto se deve ao fato de que é um grupo organizado e acessível. A escolha das escolas está relacionada à legislação que aponta o ensino formal como um espaço privilegiado para a Educação Ambiental. As instituições educacionais públicas correspondem a maior parte do público alvo, isso talvez se deva a maior acessibilidade associada à carência de formação dos professores destas instituições.

De acordo com os executores, as crianças são mais receptivas, mostram entusiasmo e são prováveis multiplicadores, por isso suas ações são dirigidas ao ensino fundamental, correspondendo a 69% das ações na educação formal.

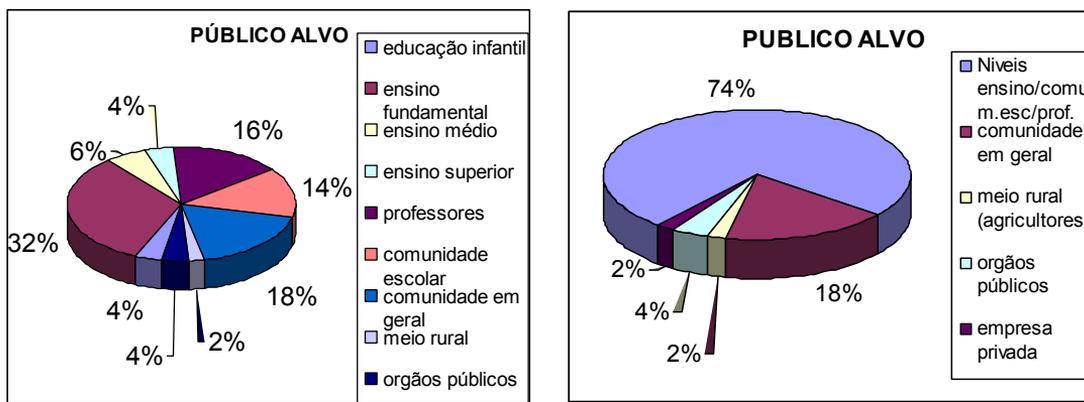


Figura 1. Público alvo da ação

Do total das atividades voltadas para o ensino formal, apenas 9% são realizadas no Ensino Superior. Pode-se dizer que a estrutura das Escolas Públicas do Ensino Fundamental e do Médio sejam mais flexíveis e abertas aos projetos e parcerias em Educação Ambiental, tendo em vista que os espaços são percebidos como carentes de recursos. Dessa forma as qualificações oriundas de instituições externas são aceitas pelas escolas.

Há maiores dificuldades no ensino superior pela organização estrutural e curricular dos cursos dessas instituições. Outra possível inferência é que os atores do ensino superior são adolescentes e adultos, logo apresentam menor flexibilidade a novas questões, com relação as suas práticas na sociedade, mostrando resistência às mudanças relacionadas ao estilo de vida.

A comunidade escolar (14%) é envolvida quando os projetos extrapolam os muros da escola tendo como objetivo, por parte dos educadores ambientais, uma integração dos familiares dos alunos e da vizinhança ao entorno da escola. Entende-se que esse tipo de ação pode mostrar resultados mais efetivos se for desenvolvida em um período de longo prazo e continuado e, não somente, uma intervenção ou contato circunstancial.

Numa breve análise da questão “Que atividades são realizadas?” (Figura 2) privilegiaram-se cinco aspectos trazidos pelos entrevistados que são atividades lúdicas, orientação técnica, palestras, produção de materiais e capacitação de pessoas. Entende-se por atividades lúdicas, teatro, desenhos e outras manifestações artísticas; por orientação técnica

uma assessoria informativa, desde a elaboração de projetos até dados sobre a realidade socioambiental da região e palestras as entidades que são convidadas a abordar determinados temas pertinentes à sua área de atuação. As três atividades mais frequentemente realizadas são atividades lúdicas, orientação técnica, palestras e demonstram a necessidade de informar e sensibilizar para as questões ambientais.

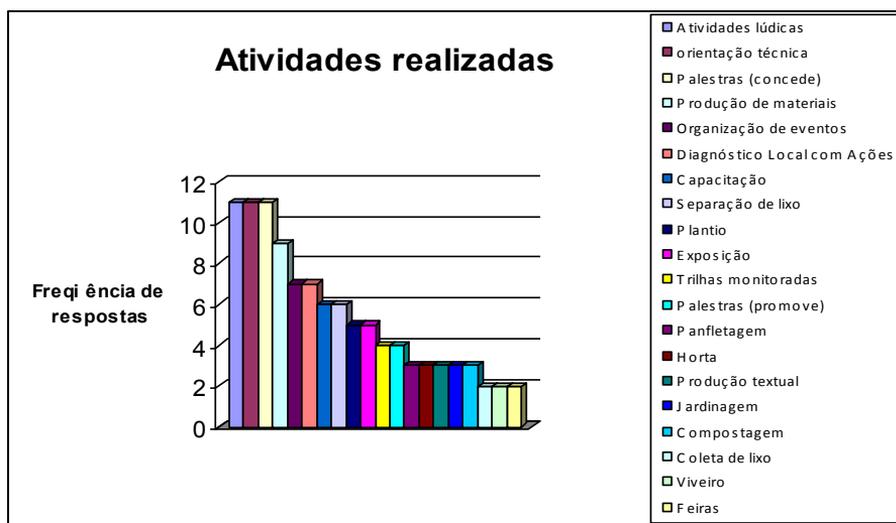


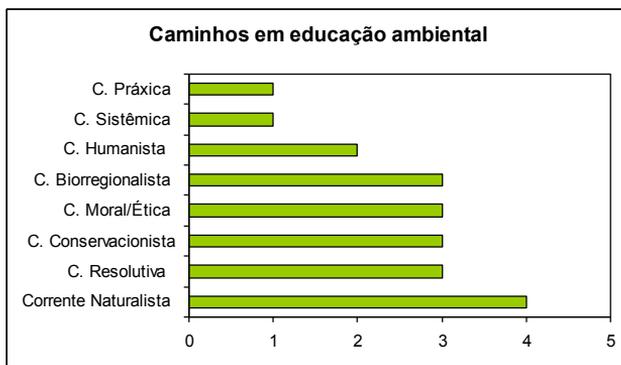
Figura 2. Atividades realizadas

Das 24 entrevistas analisadas, 9 instituições se propõem a produzir materiais, sejam jogos, cartilhas ou panfletos informativos, talvez pela inexistência de materiais didáticos direcionados às questões socioambientais locais/regionais normalmente trabalhadas nessas ações de educação ambiental. Há também uma compreensão de que o aprendizado torna-se mais prazeroso, interessante e eficiente quando feito através de jogos ou da construção de brinquedos. É importante ressaltar a diferença entre a produção de materiais informativos a partir de estudos com o grupo e a distribuição de material informativo sem a participação ativa do grupo.

Um aspecto relevante a ser analisado é a atividade de capacitação e formação de professores, pois busca instrumentalizar os educadores no seu fazer educação ambiental. Essas formações/capacitações atuam no sentido de sensibilizar os professores para a elaboração de projetos. Este fato pode estar relacionado à ideia de que as políticas públicas devem desenvolver trabalho de Educação Ambiental entendendo que os professores não sabem elaborar projetos, o que significa sensibilizá-los nessa produção. Porém, enfatiza-se a necessidade de discutir e aprofundar a visão de Educação Ambiental de forma crítica, interdisciplinar e transversal.

Entre as 24 instituições que foram entrevistadas, 13 responderam que conheciam trabalhos de Educação Ambiental, 8 sabem da existência, de ouvir falar, porém não conhecem o trabalho e 3 não conhecem nenhum trabalho de Educação Ambiental. As instituições públicas (10) são as que mais têm conhecimento de trabalhos em Educação Ambiental. Este dado deve ser entendido em um contexto em que as instituições públicas devem promover e/ou desenvolver ações de Educação Ambiental, como consta na legislação, ou seja, faz parte das suas ações os trabalhos em Educação Ambiental. Os órgãos públicos realizam assessorias e orientações em Educação Ambiental, e por isso conhecem um maior universo neste campo.

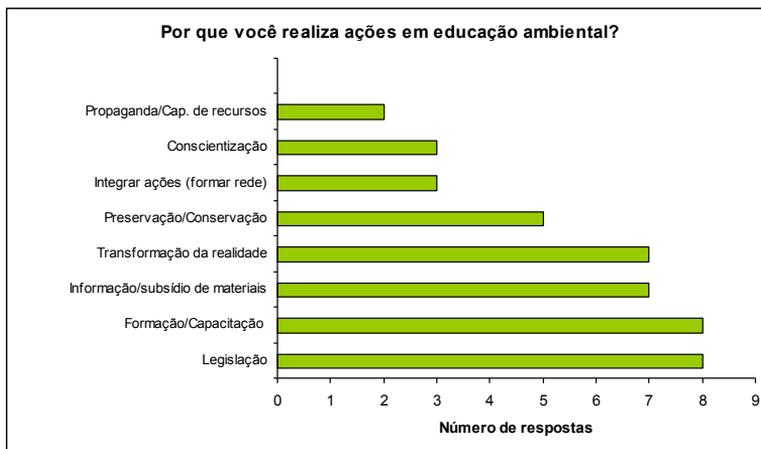
O grupo das escolas afirmam que já ouviram falar sobre as ações de Educação Ambiental, mas não reconhecem a validade dos trabalhos e não buscam parcerias com outras escolas e instituições para qualificar e fortalecer os projetos. Os trabalhos geralmente são isolados e sem caráter de coletividade, no sentido de troca de experiências, socialização e integração dos mesmos na própria escola, assim como, com outras instituições. Os educadores não têm uma prática sistemática de atuar coletivamente, por isso entendemos que não basta realizar um trabalho informativo, como subsídio para a formação de uma rede, assim como não basta apenas afirmar que a Educação Ambiental deva ser interdisciplinar, e não basta uma formação apenas voltada à elaboração de projetos. É imprescindível que a formação dos professores e educadores ambientais desenvolva uma visão crítica, sistêmica e interdisciplinar da realidade para que, de fato, se possa atuar coletivamente em todos os níveis, do disciplinar ao institucional.



**Figura 3.** Caminhos em educação ambiental

A intenção, ao classificar as ações de Educação Ambiental em correntes, não é de modo algum limitar as ações a um ou outro caminho, mas sim qualificar e ressaltar as diferentes formas de se pensar e fazer EA. O limite entre determinadas correntes pode ser tênue, e uma ação poderia ser classificada em uma ou mais correntes embora nós tenhamos restringido a classificação a apenas uma corrente no presente trabalho.

Entre as instituições entrevistadas percebe-se uma diversidade de ações que, de acordo com Sauv  (2005) se inserem como diferentes maneiras de conceber e praticar a Educa o Ambiental. Este trabalho identificou (16,6%) naturalista, (12,5%) da corrente biorregionalista, (12,5%) conservacionista, (12,5%) moral/ tica, (12,5%) resolutiva, (4,1%) sist mica, (8,3%) humanista e (1%) prática, (12,5%) não realiza EA propriamente dita. Entende-se que não há um método ou conjunto de regras a ser seguido para efetuar tais a es e, conforme a realidade e objetivos, as a es tomam contornos muito próprios, constituindo variadas correntes em Educa o Ambiental.



**Figura 4.** Motivo da ação em educação ambiental

A motivação de realizar ações em Educação Ambiental resulta da Legislação (LDB, leis de meio ambiente e acordos) assim como formação/capacitação de pessoas (16,2%) transformação da realidade (mudança de hábitos, resolução de problemas) e também (16,2%) informação/subsídio de materiais, (11,6%) preservação/conservação, (6,9%) conscientização (6,9%) integrar ações (formar rede (4,6%) propaganda/captação de recursos).

As altas percentagens de razão para realização de ações em EA tanto pela legislação (18,6%), como pela formação de professores (18,6%), pode ser em função da grande presença de órgãos públicos nessa amostra. Segundo a Lei n. 9.795/1999, os mesmos têm o dever de realizar ou promover ações de Educação Ambiental. Constata-se neste trabalho que a forma mais utilizada para se cumprir essa demanda é através de formação de pessoas, em sua maioria professores. O público-alvo mais freqüente das ações em Educação Ambiental é a comunidade escolar. Outros motivos para trabalhar com Educação Ambiental é Informação/subsídio de materiais (16,2%) e transformação da realidade (16,2%). No caso informação/subsídio de materiais, pode-se perceber que ainda prevalece a idéia de que realizar Educação Ambiental é transmitir informações sobre a problemática ambiental e suas conseqüências. Até que ponto o trabalho informativo contribui na construção de conhecimento e transformação da realidade?

O fazer da Educação Ambiental vai além de passar informações, ocorre em projetos que desenvolvem ações integradoras, construídas coletivamente em um processo contínuo onde os sujeitos possam pensar suas atitudes e concepções de vida em relação ambiente.

Na questão da transformação da realidade (mudança de hábitos, resolução de problemas), pode-se perceber que as ações que estão sendo desenvolvidas nem sempre são contínuas, devido às mudanças nas administrações públicas e, em muitos casos, pelo afastamento do responsável pelos projetos, o que significa que realmente a Educação Ambiental não se constituiu como um trabalho fundamental e coletivo.

## Conclusão

Os resultados preliminares referente à parcialidade da pesquisa nos mostra a complexidade da Educação Ambiental, e que há um campo amplo a ser estudado para compreender essa gama de caminhos que são trilhados no fazer da educação ambiental e que tipo de educadores ambientais estão se constituindo.

É importante destacar a necessidade de formação dos educadores ambientais em uma perspectiva crítica, sistêmica e interdisciplinar.

## Referências Bibliográficas

- ANDRÉ, Marli E. D. In: Etnografia da Prática Escolar. Campinas, Papyrus,. 1995
- BRASIL. Lei N° 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, Art. 7o de 27 de abril de 1999.
- CHIZZOTTI, Antonio. Parte 2. Capítulo1: Da pesquisa Qualitativa; Capítulo 2: Coleta de Dados Qualitativos. In: Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. SP: Cortez, 1991.
- DENCKER, Ada de Freitas M & Viá, Sarah C. Capítulo 13: Técnicas de entrevista e questionário. In: Pesquisa empírica em Ciências Humanas. SP: Futura, 2001.
- GATTI, Bernadete Angelina. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano editora, 2002.
- HAGUETTE, Tereza Maria Frota. Segunda Parte: Metodologias qualitativas; Terceira Parte: A Crítica e a alternativa aos métodos de pesquisas tradicionais. In: Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MINAYO, Maria C. de S. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MOROZ, Melania. Processo de pesquisa: iniciação. Brasília: Plano Editora, 2002.
- ARENT, M. Análise de Conteúdo. Revista de Estudos, Novo Hamburgo, v.21, n.1, p.27-40, jan./jun. 1998.
- GIL, A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo:Atlas, 1999.
- LAYRARGUES, P.P. (org.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- LOUREIRO, C.F.B. ; LAYRARGUES, P.P. ; CASTRO, R.S. (orgs.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.
- MORAES, R. Análise de Conteúdo. Educação, Porto Alegre, v.21, n.37, p.7-32, março 1999.
- RANGEL, M. A Análise de conteúdo e a análise do discurso como opções metodológicas na pesquisa de representação social. Cadernos de Educação FaE/UFPEL, Pelotas, n.11, p.111-136, jul./dez. 1998.
- SATO, M. Educação Ambiental. São Carlos:Rima, 2002.
- SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. Trad. Ernani Rosa. In. SATO, M. ; CARVALHO, I. (orgs.). Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44.